POLÍTICAS PÚBLICAS DE FINANCIAMENTO DA EDUCAÇÃO ESPECIAL NO BRASIL: UMA REVISÃO LITERÁRIA

Hellen Abreu Nascimento Mangefeste[1]

Marileide Gonçalves França[2]

Bruno Pessanha Gussani[3]

INTRODUÇÃO

As políticas públicas constituem ações desenvolvidas pelo Estado, regulamentadas por diretrizes, na tentativa de atender as demandas da sociedade e efetivar a garantia dos direitos sociais em diferentes esferas sociais, como a educação (VIEIRA, 2015; HOFLING, 2001). Nesse sentido, as políticas de financiamento da educação buscamassegurar recursos financeiros para garantir padrões mínimos de qualidade de ensino (BRASIL, 1996).

Na Constituição Federal de 1988 (CF/1988), no art. 205, o direito a educação foi afirmado comodireito de todos e dever do Estado no art. 208, inciso III, estabelece o "atendimento educacional especializado aos portadores de deficiência, preferencialmente na rede regular de ensino" (BRASIL, 1988). A educação especial, como política pública pressupõe recursos financeirospara garantir sua concretização e oferta de serviços públicos voltados ao atendimento das pessoas com deficiência, Transtornos Globais de Desenvolvimento (TGD) e altas habilidades/superdotação nos diferentes sistemas educacionais brasileiros. Contudo, a sua materialização na gestão educacional e nas pesquisas da área de financiamento da educação ainda se constitui um desafio, considerando a complexidade que envolve a análise dos recursos dessa modalidade de ensino no Brasil.

[1] Mestranda em Educação. Universidade Federal do Espírito Santo, Alegre, ES. E-mail: Hellenabreu525@gmail.com.

[2] Doutorado em Educação. Universidade Federal do Espírito Santo, Alegre, ES. E-mail: marileide.ufes@gmail.com.

[3] Graduando em Licenciatura em Matemática. Universidade Federal do Espírito Santo, Alegre, ES. E-mail: brunogussani@gmail.com.

Diante desse cenário, busca-se mapear e a analisar os estudos sobre o financiamento da Educação Especial, desenvolvidos no Brasil, no intuito deidentificar o foco dessas produções, suas análises, contribuições e lacunas, no período de 2012 a 2020. A escolha do ano de 2012, considerou a promulgação do Decreto nº 7.611, de 17 de novembro de 2011 (BRASIL, 2011), que alterou a Lei do Fundo de Desenvolvimento do Ensino Básico e Valorização do Magistério (Fundeb) e estabeleceu a dupla matrícula dos estudantes público-alvo da educação especial da educação regular da rede pública que recebem atendimento educacional especializado. Já o ano de 2020, como o último ano, se deu porque, até o momento de finalização da coleta dos dados, eram as informações mais atuais disponíveis no banco de dados. Para tanto, foi desenvolvido um levantamento de dados na Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD), a partir das seguintes palavras-chave: financiamento da educação especial, planejamento orçamentário e educação especial. Foram encontrados 99 trabalhos. Após a leitura dos títulos, 14 estudos foram selecionados. Em seguida, foi realizadaa leitura dos resumos a fim de sintetizar seus objetivos e resultados. Após essa fase, selecionamos seistrabalhos que se articulavam a nossa pesquisa. Ao final, destacamos as principais temáticas, suas contribuições e lacunas.

DISCUSSÕES

No Quadro 1 apresenta-se os estudos voltados para o financiamento da educação especial no Brasil, no período de 2012 a 2020.

Quadro 1 - Estudos sobre Financiamento da Educação Especial no Brasil – 2013 a 2020

AUTOR	TÍTULO	ANO	INSTITUIÇÃO	TIPO	
				DISSERTAÇÃO	TESE
LOUREIRO, Aline DozziTezza et al	A educação especial no município de Porto Ferreira-SP: 1972 a 2011	2013	Universidade Federal de São Carlos	X	
FRANÇA,	Financiamento	2014	Universidade de		X

Marileide Gonçalves	da educação especial: complexas tramas, permanentes contradições e novos desafios		São Paulo		
TEIXEIRA, Agda Lovato et al	O financiamento público da educação especial em goiás–2010 a 2013	2015	Universidade Federal de Goiás	X	
OLIVEIRA, GildásioMacedo de	Financiamento das instituições especializadas na política de Educação Especial no estado do Espírito Santo (2012-2015)	2016	Universidade Federal do Espírito Santo	X	
BOROWSKY, Fabíola.	Educação Especial no Brasil: contradições nas políticas de inclusão	2016/2017	Universidade Federal do Rio Grande do Sul	X	
NASCIMENTO, Beatriz Aparecida Barboza do	Organização dos serviços da educação especial: um estudo de planos municipais de educação	2018	Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho"	X	

Fonte: Elaborado pelas autoras com base nos dados disponíveis na BDTD (2021).

O trabalho de França (2014) teve como objetivo analisar a ação do Poder Público no provimento de recursos à Educação Especial no município de Vitória-ES, no período de 2008 a 2010. A autora conclui pela impossibilidade de obter valores efetivamente aplicados na educação especial pelo Poder Público municipal, diante da organização da gestão político-financeira das verbas destinadas à educação, que não favorece o acompanhamento e o controle social dos recursos públicos voltados a essa modalidade de ensino nos sistemas educacionais brasileiros.

Teixeira (2015) buscou compreender o deslocamento de recursos no âmbito do Fundeb para a garantia do acesso e permanência do público-alvo

da Educação Especial do/no estado de Goiás, no período de 2010-2013. O estudoafirma a necessidade de transparência em relação às etapas e modalidades de ensino, no que se refere a distribuição financeira do Fundeb e da política educacional do país.

Loureiro (2013) em sua análise documental, procurou compreender a organização e o funcionamento da Educação Especial no Município de Porto Ferreira – São Paulo. A autora evidencia a manutenção de um sistema segregado de atendimento aos alunos com deficiência, no qual o Estado viabiliza financiamento para a instituição deixando de investir na educação pública, distanciando questões relativas à educação especial.

Oliveira (2016) investigou a direção tomada pela Política de Educação Especial na Perspectiva Inclusiva no estado do Espírito Santo, com base nas implicações orçamentárias ocorridas a partir do edital 01/2014. O estudo mostrou que a compra dos serviços de atendimento educacional especializado pelo estado proporcionou aumento nos repasses de recursos públicos às instituições especializadas, e, por consequência, os recursos investidos na escola pública estadual foram menores.

Em linha semelhante, Borowsky (2016) ao analisar a trajetória das políticas públicas de Educação Especial no Brasil, no período 2003-2014, notou a ampliação das vagas das pessoas com deficiência em escolas públicas e, ao mesmo tempo, a ampliação do financiamento público às instituições privadas. Assim, observou que esse repasse de recursos se configura como uma espécie de transferência de responsabilidade no que diz respeito a Educação Especial.

Nascimento (2018) teve por objetivo verificar como ocorre a organização e a gestão dos serviços da educação especial nos 14 municípios da área de abrangência de uma Diretoria de Ensino de um município de médio porte do interior paulista, a partir dos discursos produzidos no Plano Municipal de Educação. A autora aponta que os sistemas de ensino precisam se organizar na perspectiva da educação inclusiva, sendo que tal organização deve contemplar a oferta dos serviços dessa área em todas as etapas e níveis

de ensino para seu público-alvo.

Os estudos desenvolvidosabordam diferentes temáticas atreladas a gestão e ao financiamento da educação especial, tais como: a invisibilidade da Educação Especial nos demonstrativos de despesas dos municípios; a relação público-privada, a partir da destinação de recursos públicos às instituições privadas; a importância da participação da sociedade civil no controle social dos recursos públicos da educação e nos debates referentes as políticas que garantem direitos ao público da Educação Especial. Além disso, observou-se a ausência de estudos voltados ao custo/aluno da educação especial;e a necessidade de desenvolvimento de mais estudos voltados a essa temática.

CONSIDERAÇÕES

Este estudo teve como objetivo mapear e a analisar os trabalhos sobre o financiamento da Educação Especial, desenvolvidos no Brasil, na tentativa de identificar o foco dessas produções, suas análises, contribuições e lacunas.

A literatura consultada aponta diferentes ações desenvolvidas pelo Estado no que tange ao financiamento da educação especial no Brasil, que abrange o seu descompromisso, a abertura à iniciativa privada e a incorporação por parte do Poder Público da responsabilidade em oferecer e manter os serviços destinados aos estudantes com deficiência, TGD e altas habilidades/superdotação nos sistemas públicos de ensino. Além disso, a análise aponta a importância da discussão e pesquisas sobre os recursos destinados a essa modalidade de ensino para o processo de formulação, implantação e avaliação das políticas de educação especial.

Considerando o exposto, identifica-se a necessidade de mais estudos voltadosa análises do financiamento da Educação Especial no Brasil, uma vez que para a efetivação de uma política pública, como a de educação especial, há a necessidade da intervenção do Estado no sentido de assegurar recursos públicos para um ensino de qualidade.

REFERÊNCIAS

BOROWSKY, F. **Educação Especial no Brasil**: contradições nas políticas de inclusão (2003-2014). 2017.2016. Dissertação (Mestrado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2016.

BRASIL. Congresso Nacional. **Constituição da República do Brasil de 1988**. 1988. Disponível em: https://bit.ly/2H0SpiU. Acesso em: 18 nov. 2019.

BRASIL. **Lei 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. 1996. Disponível em: https://bit.ly/2fWX88v. Acesso em: 04 dez. 2019.

BRASIL. Decreto nº 7.611, de 17 novembro de 2011. Dispõe sobre a educação especial, o atendimento educacional especializado e dá outras providências. **Diário Oficial da União**,Brasília, DF, 2011. Disponível em: https://bit.ly/2tqyxA7. Acesso em: 20 jan. 2019.

FRANÇA, M. G.**Financiamento da educação especial**: complexas tramas, permanentes contradições e novos desafios. 2014. Tese de Doutorado. Universidade de São Paulo, São Paulo, 2014.

HÖFLING, E. M. Estado e políticas (públicas) sociais. **Cadernos Cedes**, ano XXI, n. 55, p. 30-41, nov. 2001.

LOUREIRO, A. D. T.**A educação especial no município de Porto Ferreira-SP**: 1972 a 2011. 2013. Dissertação (Mestrado em Educação Especial) – Programa de Pós-Graduação em Educação Especial, Unidade Federal de São Carlos, São Carlos, SP, 2012.

NASCIMENTO, B. A. B.**Organização dos serviços da educação especial: um estudo de planos municipais de educação**. 2018. Dissertação (Mestrado em Educação Escolar) – Programa de Pós-Graduação em Educação Escolar, Faculdade de Ciências e Letras – UNESP, Araraquara, SP. 2018.

OLIVEIRA, G. M. **Financiamento das instituições especializadas na política de Educação Especial no estado do Espírito Santo (2012-2015)**. 2016. Dissertação (Mestrado em Educação) –Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2016.

TEIXEIRA, A. L.**O financiamento público da educação especial em Goiás –2010 a 2013**. 2015. Dissertação (Mestrado em educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal de Goiás, 2015.

VIEIRA, S. L. **Estrutura e funcionamento da educação básica**. 2. ed. Fortaleza: EdUECE, 2015.